



ACÓRDÃO Nº261/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11259/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Responsável:** Afonso Lobo Moraes (Gestor), Francisco Arnobio Bezerra Mota (Ordenador de Despesa), Camilla Maria Edwiges Montenegro e Souza Soares (Ordenador de Despesa).
- 4- **Advogado:** Não Possui.
- 5- **Órgão:** Coordenadoria de Administração – SEFAZ.
- 6- **Exercício:** 2016.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD/AM.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 6367/2018-DMP, Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Julio Cabral.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Coordenadoria de Administração - SEFAZ. Exercício de 2016.

Irregularidade. Regularidade com ressalvas. Multa. Alcance. Determinação. Recomendação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas Anual da Coordenadoria de Administração da Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ, referente ao exercício de 2016, de responsabilidade do **Sr. Afonso Lobo Moraes** (Secretário de Estado da Fazenda) e do **Sr. Francisco Arnóbio Bezerra Mota** (Secretário Executivo de Assuntos Administrativos), com fulcro no art. 22, III, “b” e “c”, da Lei Estadual n. 2.423/96;
- 10.2. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual da Coordenadoria de Administração da Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, sob responsabilidade da **Sra. Camilla Maria Edwiges Montenegro e Souza Soares** (Secretária Executiva de Assuntos Administrativos da Secretaria de Estado da Fazenda, no período de 31.08 à 09.10.2016), com fulcro no art. 22, II da Lei Estadual n. 2.423/96;
- 10.3. **Aplicar Multa** ao **Sr. Afonso Lobo Moraes**, Secretário de Estado da



ACÓRDÃO Nº261/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Fazenda, no exercício de 2016, no valor de **R\$ 19.000,00** (dezenove mil reais), por atos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, com fulcro no art. 308, VI da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, em razão das impropriedades remanescentes registradas nos subitens 1.3.1; 1.3.2; 1.3.3; 1.4; 1.6; 1.8; 1.10 e 1.11 do voto;

10.3.1 - Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para que o responsável proceda com o recolhimento da multa a ele imputada ao cofre estadual, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, devendo o responsável, dentro do prazo conferido, encaminhar comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

10.3.2 - Autorizar a instauração de inscrição do débito na Dívida Ativa do Estado e instauração de cobrança executiva, no caso de não recolhimento dos valores da condenação, *ex vi* do art. 173 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas;

10.4. Aplicar Multa ao Sr. Francisco Arnóbio Bezerra Mota, Secretário Executivo de Assuntos Administrativos, no exercício de 2016, no valor de **R\$ 16.000,00** (dezesseis mil reais), por ato praticado com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, com fulcro no art. 308, VI da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, em razão das impropriedades remanescentes nos subitens 1.3.1; 1.3.2; 1.3.3; 1.6; 1.8; 1.10; 1.11 do voto;

10.4.1 - Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para que o responsável proceda com o recolhimento da multa a ele imputada ao cofre estadual, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, devendo o responsável, dentro do prazo conferido, encaminhar comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

10.4.2 - Autorizar a instauração de inscrição do débito na Dívida Ativa



ACÓRDÃO Nº261/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

do Estado e instauração de cobrança executiva, no caso de não recolhimento dos valores da condenação, *ex vi* do art. 173 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas;

- 10.5. Aplicar Multa a Sra. Camilla Maria Edwiges Montenegro e Souza Soares**, Secretária Executiva de Assuntos Administrativos da Secretaria de Estado da Fazenda, no período de 31.08 à 09.10.2016, no valor de **R\$ 3.000,00**, (três mil reais), com fulcro no art. 53, parágrafo único c/c art. 54, *caput*, ambos da Lei n. 2324/96 e da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, em razão da irregularidade remanescente registrada no subitem 2.1 do voto;

10.5.1 - Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para que o responsável proceda com o recolhimento da multa a ele imputada ao cofre estadual, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, devendo o responsável, dentro do prazo conferido, encaminhar comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

10.5.2 - Autorizar a instauração de inscrição do débito na Dívida Ativa do Estado e instauração de cobrança executiva, no caso de não recolhimento dos valores da condenação, *ex vi* do art. 173 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas;

- 10.6. Considerar em Alcance por Responsabilidade Solidária o Sr. Afonso Lobo Moraes** (Secretário de Estado da Fazenda) e o **Sr. Francisco Arnóbio Bezerra Mota** (Secretário Executivo de Assuntos Administrativos), no valor de **R\$ 41.616,24** (quarenta e um mil, seiscentos e dezesseis reais e vinte e quatro centavos), com fulcro no art. 304, I da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, pelo pagamento de juros e multas nas guias de previdência social – GPS, gasto realizado em desfavor do Erário Público;

10.6.1 - Fixar prazo de 30 (trinta) dias para a comprovação, perante esta Corte de Contas, do recolhimento do valor mencionado acima, acrescido de atualização monetária e juros devidos, à esfera Estadual, para a Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ -, nos termos do art. 72, III, "a", da Lei Estadual n. 2.423/1996 c/c art. 169, I, e art. 174, ambos da Resolução n. 4/2002-TCE/AM;

- 10.7. Determinar à atual gestão da Coordenadoria de Administração da**



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 4

ACÓRDÃO Nº261/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ – que se atente às determinações consignadas nos subitens 1.1; 1.2, 1.5.2 e 1.10 do voto;

- 10.8. Recomendar** à atual gestão da Coordenadoria de Administração - Sefaz que se atente à advertência registrada no subitem 1.5.1 do voto;
- 10.9. Recomendar** ao atual gestor do Governo do Estado do Amazonas que aprimore e modernize o Decreto n. 16.396/1994, tendo em vista as falhas averiguadas no subitem 1.1, que evidenciam a defasagem do referido diploma legal.

11- Ata: 11ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 23 de Abril de 2019.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mario Manoel Coelho de Mello.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora-Geral, em substituição.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Presidente

JULIO CABRAL

Conselheiro Relator

ELISSANDRA MONTEIRO FREIRE ALVARES

Procuradora-Geral, em substituição